

22 MAR 1988 ANC P2

# Trocar ou aprimorar?

Ao aproximar-se do epílogo, quando a Assembléia Constituinte decide-se sobre presidencialismo ou parlamentarismo, a querela acesa em torno da matéria não conseguiu provar a excelência de um quanto ao outro, pois ambos a possuem. O saldo dos debates e das negociações se apura em esfera distinta, onde restam as dúvidas de casuismo e de estratégia para simplificar a escalada episódica do Poder pelo voto indireto, já que o direto se sente traído pela ameaça de impedimento na próxima eleição presidencial.

Desperdiçador contumaz das forças de produção, o Brasil também desperdiça lições de história, que ensinam ser melhor corrigir erros e aprimorar as coisas do que trocá-las e repetir tudo de novo. A própria democracia nos adverte disso. Sempre colocada sob impactos críticos, não são as causas o alvo da terapêutica; em nome dos efeitos se interrompe a vigência democrática. Vitima do caos, o povo aceita a troca. Porém, logo as esperanças se diluem ao sopro da

realidade. Lembremo-nos do Plano Cruzado, recente demais para ser esquecido.

Pequena que seja, a dose de sensatez esclareceria que mera troca deixa de resultar em saneamento. O avião, o automóvel, o navio, tudo se adiantou aos limites do conforto e da pressa da sociedade porque foram aprimorados. O protótipo evoluiu, a racionalização de peças e mecanismos consistiram no objeto da modernização.

Pois em política, exatamente, a ciência responsável pela grandeza de uma Nação, insiste-se em que a troca, ainda drástica e destituída de estrutura, satisfaria um povo angustiado mas que aspira a alívio em breve.

Passa o tempo de conferir-se vida longa às leis. Se um presidente da República se fez indesejável é ele que deve ser trocado — e sob recursos da lei e instrução do processo punitivo. Nunca trocar-se a lei, insinuando-se o capricho de casação mascarada. Nunca, deixando-se por menos, mutilar-lhe o mandato. Paira

acima desses meios volúveis a vantagem de instituições sólidas, livres da tempestade de crises próximas ou futuras.

Presidencialismo ou parlamentarismo é dilema inferior aos requisitos do País, numa fase decisiva de transição democrática fustigada pela pior onda inflacionária, com o pesado carro da dívida externa a reboque. O País esgota a tolerância da levitação a que o condenam os atritos entre os Poderes, fluindo de cima o catastrófico estímulo a greves absurdas e greves justas, em mistura devido ao vício do sistema econômico híbrido, no qual a estatização e o dirigismo oficial corróem a estabilidade e desviam a culpa ao capitalismo permissivo, consentindo promessas de privatizações fictícias porque o clientelismo e interesses escusos impedem sejam concretizadas. Se há troca válida e pródiga, seria a dos costumes aventureiros, responsáveis pelas férias compulsórias da democracia que, quando retorna, sente ter perdido até o vínculo com as novas gerações.